

Com a alta, estoque de títulos supera R\$ 1 trilhão, mas continua abaixo das previsões, segundo a Secretaria do Tesouro

Dívida pública cresce 2,2% em setembro

MARCELO TOKARSKI

DA EQUIPE DO CORREIO

A dívida do governo federal cresceu 2,2% em setembro, atingindo R\$ 1,06 trilhão. Apesar da alta, o estoque continua abaixo do intervalo definido pelo Plano Anual de Financiamento (PAF) do governo, que projeta uma dívida pública mobiliária federal interna de R\$ 1,13 trilhão a R\$ 1,2 trilhão até o final do ano. Dos R\$ 22,85 bilhões incorporados à dívida em setembro, R\$ 12,16 bilhões se referem a juros e o restante à emissão de novos títulos. Apesar do crescimento, o Tesouro Nacional e o Banco Central (BC) acentuaram em setembro a estratégia de melhorar o perfil da dívida, ao invés de alongar os prazos de pagamento.

A participação dos títulos prefixados subiu para 32,8% do total da dívida, o mais alto percentual desde dezembro de 1999, quando a nota conjunta do Tesouro e do BC começou a ser divulgada. Em junho, mês que marca o final do segundo trimestre do ano, essa participação era de 31,45%. No início do ano, estava em 26,7% — o PAF estipula uma faixa entre 28% e 37%. Em compensação, a fatia dos títulos remunerados pela Selic (pós-fixados) saiu de 49,48% em janeiro para 41,46% no mês passado. Após a inclusão dos contratos de swap, a participação dos títulos pós-fixados sobe para 44,79%.

“A tendência de aumento dos títulos prefixados continua. Estamos tentando melhorar o perfil da dívida incrementando a participação de títulos prefixados”, explicou o coordenador-geral da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Ronnie Tavares. Segundo ele, como setembro foi um mês de baixo volume de vencimentos, o Tesouro aproveitou para realizar emissões líquidas

Ronaldo de Oliveira/CB - 15/2/06



IVAN LIMA (E) E RONNIE TAVARES, DA SECRETARIA DO TESOIRO, EM ENTREVISTA NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

de títulos prefixados, alterando ainda mais o perfil da composição da dívida.

Tavares garantiu que as emissões de títulos do Tesouro Nacional estão sendo feitas com uma taxa inferior ao *overnight*, o que gera uma economia para o governo no pagamento de juros. A taxa média anual foi de 14% no primeiro leilão de setembro e de 13,61% no segundo. De acordo com o coordenador-geral, a meta seria trabalhar com juros de 14,25% — a taxa básica de juros (Selic) foi reduzida na semana passada para 13,75%. Ele explicou que, ao estimular a venda de títulos prefixados, o governo está “comprando um seguro” contra eventuais aumentos de juros. As instituições financeiras estrangeiras adquiriram 29,8% dos títulos emitidos pelo Tesouro em setembro.

Como os prefixados têm prazo de vencimento mais curto, a

“
**ESTAMOS
TENTANDO
MELHORAR O
PERFIL DA DÍVIDA
INCREMENTANDO
A PARTICIPAÇÃO
DE TÍTULOS
PREFIXADOS**”

Ronnie Tavares, coordenador-geral da Dívida Pública do Tesouro Nacional

estratégia causou uma nova redução do prazo médio do estoque da dívida, que passou de

29,8 meses em agosto para 29,7 meses em setembro, continuando abaixo da meta traçada pelo PAF, que delimita um intervalo entre 30 e 35 meses. Também de acordo com dados do Tesouro Nacional, subiu de 39,2% para 40% o percentual do estoque de dívida que tem vencimento de curto prazo (até 12 meses).

No mês passado, o Tesouro Nacional emitiu R\$ 35,9 bilhões em títulos. Desse total, 61% foram papéis prefixados (R\$ 21,9 bilhões), 23% atrelados à Selic (R\$ 8,2 bilhões) e 16% remunerados por índices de preços (R\$ 5,8 bilhões). Os resgates somaram R\$ 25,2 bilhões — sendo 76% referentes a títulos com correção pós-fixada, as chamadas LFTs, que são remuneradas pela Selic. As operações resultaram em um crescimento de R\$ 10,7 bilhões no estoque da dívida pública, que saltou para R\$ 1,06 trilhão.